

RELATÓRIO ANUAL 2016

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
18ª LEGISLATURA

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE
SEGURANÇA PÚBLICA / 2016**

Goiânia, dezembro de 2016.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - Alameda dos Buritis, nº 231 Setor Oeste
CEP: 74.019-900 – Goiânia – GO - Fone/Fax: (62) 3221-3042 - E-mail: csp@assembleia.go.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----	5
INTRODUÇÃO -----	7
SIGLAS E ABREVIACÕES -----	9
1. A Comissão de Segurança Pública Biênio 2015/2016 -----	10
1.1. Membros da Comissão de Segurança Pública – 18ª Legislatura -----	10
1.1.1 Presidente-----	10
1.1.2 Vice-Presidente-----	10
1.1.3 Membros-----	11
1.1.4 Equipe da Comissão de Segurança Pública-----	13
2 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS -----	14
2.1 - Audiência Pública – Tema: “Criminalidade e Violência Urbana: Ouvindo os Agentes de Segurança Pública”-----	14
2.2 - Audiência Pública – Tema: Segurança Pública no Estado de Goiás-----	17
2.3 - Audiência Pública – Tema: Transfeminicídio e Violência no Território Goiano-----	20
2.4 - Audiência Pública – Tema: Construção da Casa de Semiliberdade em Goiânia, no Setor Cidade Jardim.-----	25
2.5 - 2ª Audiência Pública – Tema: Construção da Casa de Semiliberdade em Goiânia, no Setor Cidade Jardim.-----	31
2.6 – Audiência Pública – Tema: Violência Contras as Mulheres-----	37
3 - EVENTOS -----	44
3.1 - Palestra Prevenção à Pedofilia durante o Carnaval-----	44
3.2 - Ato Pela Paz-----	44
3.3 - 1ª Conferência Municipal LGBTT-----	46
3.4 - Palestra de Prevenção à Pedofilia na Escola Municipal Lions Clube Bandeirantes-----	48
3.5 - Programa Goiânia Mais Segura-----	49
3.6 - Reunião Sobre Violência Doméstica na Cidade de Anápolis-----	50
3.7 - Reunião no Residencial Jardim do Cerrado-----	51
3.8 - Reunião na Comurg-----	51
3.9 - Palestra sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes na Escola Municipal Frei Nazareno Confalone-----	52

3.10 - Reunião dos Conselhos de Segurança da Região Leste de Goiânia -----	53
3.11 - Palestra no Núcleo de Assistência Social (NAS)-----	54
3.12 - Reunião sobre Segurança Pública na Escola Municipal Orlando de Moraes-----	55
3.13 - Reunião na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás-----	55
3.14 - Palestra com Adolescentes Sobre Violência Doméstica -----	56
3.15 - Reunião no Centro Municipal de Educação Infantil sobre Violência Sexual contra Criança e Adolescentes-----	57
3.16 - Palestra sobre o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes -----	58
3.17 - Visita a Patrulha Maria da Penha -----	58
3.18 - Reunião Sobre Segurança Pública na Escola Municipal Maria da Terra-----	59
3.19 - Reunião na Cidade de Goianira Sobre Violência Infantil -----	60
3.20 - Reunião Com o Coletivo de Mulheres da Comurg -----	61
3.21 - Palestra na Escola Municipal Leonísia Naves Almeida -----	61
3.22 - Palestra no Colégio Verany Machado de Oliveira-----	62
3.23 - Seminário Sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes -----	63
3.24 - Debate com Estudantes do Colégio Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho-----	64
3.25 - Palestra Sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes-----	64
3.26 - Palestra Sobre A Violência Sexual -----	65
3.27 – 1º Simpósio de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) do Centro Oeste e 6º Encontro Nacional de Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) -----	66
3.28 – II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás-----	67
3.29 – Fórum Permanente de Saúde-----	71
3.30 – Debate na 4ª Promotoria de Justiça-----	71
4 – PROJETOS DE LEI SUGERIDOS PELA EQUIPE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA--	73
4 – QUADRO DE EVENTOS -----	75
5 – PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA -----	83
6 – DENÚNCIAS ACOLHIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA -----	86
6.1 - DENÚNCIAS DIRETAMENTE À CSP-----	86

6.2 - DENÚNCIAS POR MEIO DO PROGRAMA CIDADÃO PARTICIPATIVO: ----- 88

7 - DEMONSTRATIVO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

----- 89

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é a síntese do trabalho realizado pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, no ano de 2016. A presidência desta Comissão, desde que foi composta, estabeleceu um critério baseado em ouvir as demandas que chegavam da população. Estas foram inúmeras e nortearam os trabalhos neste período. Assim a Comissão de Segurança Pública trabalhou guiada pela voz do povo.

A segurança pública, sem dúvida, é hoje a maior angústia das famílias em Goiás. Todos os dias, nos preocupamos se nossos entes queridos chegarão são e salvos em casa e se teremos paz em nossos lares.

As ações em busca de um estado que protege as pessoas deve ser prioridade e deve acontecer em dois planos principais ao mesmo tempo:

1 – Prevenção: Atuar firmemente com crianças e adolescentes para a prevenção ao envolvimento com as drogas e todas as formas de criminalidade, buscando sensibilizar toda a sociedade, igrejas, conselhos e entidades, liderando a população para que todas as pessoas de bem se unam em busca de um mundo onde as crianças estejam livres e longe das drogas e da violência.

2 – Segurança Comunitária: Com a nossa polícia, capacitada e estruturada, diante de sua valorização, as transformações ocorrem e os avanços devem ser contínuos.

Ao longo do ano estivemos presentes em várias Audiência Públicas, sendo que dentre elas destacou-se sobre o “Transfeminicídio e Violência contra a população trans no estado de Goiás”. Importante ressaltar que esta foi a primeira Audiência Pública a tratar sobre esse tema na Assembleia Legislativa e dela surgiu diversos encaminhamentos com a finalidade de conter o transfeminicídio no estado.

Também realizamos várias palestras, cujo objetivo é o de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência; estimular a população a denunciar tais ocorrências e incentivar a implementação de políticas públicas e de ações para o enfrentamento dessas situações de violência contra a mulher, crianças e adolescentes.

Realizamos visitas a várias delegacias com o intuito de discutir projetos para a Segurança Pública.

É assim que precisamos ver o problema da Segurança Pública: todos nós somos responsáveis. Os agentes de segurança realizando o seu trabalho com estrutura compatível e baseado no respeito à dignidade das outras pessoas; o governo atuando nas diferentes áreas, priorizando, nas áreas social, educação e saúde a **prevenção** junto às crianças, adolescentes e famílias e a população, participando, exercendo o seu papel como cidadão, cidadã: monitorando, fiscalizando, colaborando para que o trabalho dos agentes de segurança e dos policiais seja eficiente, combatendo a violência e defendendo a vida.



Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi

Presidente da Comissão de Segurança Pública

INTRODUÇÃO

O Relatório Anual da Comissão de Segurança Pública, visa proceder um levantamento dos trabalhos realizados pela Comissão e sua equipe, durante o ano de 2016. Dentre as atividades desenvolvidas constam: audiências públicas, reuniões com autoridades, conferências, projetos de lei apreciados pela CSP, visitas, palestras proferidas e denúncias acolhidas.

Todo o trabalho desenvolvido por esta Comissão de Segurança Pública pode ser acompanhado na medida em que acontece, pois toda ação desenvolvida é imediatamente colocada à disposição do cidadão na página da internet da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que inclui: a composição da Comissão; dados sobre os seus membros; contato e e-mail da Comissão para sugestões e envio de denúncias; tramitação das proposições - projetos e requerimentos; audiências públicas e demais eventos. Dessa forma, o cidadão interessado pode obter quaisquer dessas informações de forma rápida e eficiente, uma vez que a página da Comissão no site da Assembleia é constantemente revista e atualizada, e se constitui num canal aberto não só para consulta como para maior interação da população com o Legislativo.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, compete às comissões permanentes, além de outras atribuições:

- I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;
- II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;
- III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;

VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;

VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.

Ainda em conformidade com o mesmo regimento, a área de atuação e competências da Comissão de Segurança Pública, são:

- a) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
- b) organização da polícia militar, polícia civil e corpo de bombeiros;
- c) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas estaduais de segurança pública;
- d) propor solução pacífica de conflitos;
- e) promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
- f) investigação de violência policial.

SIGLAS E ABREVIações

ALEGO	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
CAOINFÂNCIA	Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
CAMP	Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de Goiânia
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEDCA/GO	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Goiás
CEPROAVA	Centro Promocional Todos os Santos do Bairro Capuava
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COBRAPOL	Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis
Comurg	Companhia de Urbanização de Goiânia
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSP	Comissão de Segurança Pública
CSU	Centro Social Urbano
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIEG	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
GCM	Guarda Civil Metropolitana
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
MPE	Ministério Público Estadual
NAS	Núcleo de Assistência Social
NECRIVI	Núcleo de Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás
OAB-GO	Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás
PM-GO	Polícia Militar de Goiás
SEMDEF	Secretaria Municipal de Defesa Social
SESI	Serviço Social de Indústria
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINDEPOL	Sindicato dos Delegados do Estado de Goiás
SINPOL	Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
Telgo	Telecomunicações Goiás
UFG	Universidade federal de Goiás
Ugopoci	União Goiana dos Policiais Civis
Unimil	Associação União dos Militares do Estado de Goiás

1. A Comissão de Segurança Pública Biênio 2015/2016

1.1. Membros da Comissão de Segurança Pública – 18ª Legislatura

1.1.1 Presidente



Deputada Delegada Adriana Acorssi
(PT)
Presidente
Mandato: 2015/2019
Gabinete: 108

1.1.2 Vice-Presidente



Deputado Major Araújo
(PRP)
Vice-Presidente
Mandatos: 2011/2015
2015/2019
Gabinete: 20

1.1.3 Membros

Deputados Titulares		
 <p>Deputado Talles Barreto (PTB) Mandatos: 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 14</p>	 <p>Deputado Sérgio Bravo (PROS) Mandato: 2015/2019 Gabinete: 33</p>	 <p>Deputado Cláudio Meirelles (PR) Mandatos: 2007/2011- 2011/2015 - 2015/2019 Gabinete: 30</p>
 <p>Deputado Ernesto Roller (PMDB) Mandatos: 2003/2007 – 2007/2011 - 2015/2019 Gabinete: 16</p>	 <p>Deputado Manoel de Oliveira (PSDB) Mandatos: 1987/1991 - 2015/2019 Gabinete: 24</p>	

Deputados Suplentes



Deputado Renato de Castro
(PT)
Mandatos: 2015/2019
Gabinete: 35



Deputado Álvaro
Guimarães
(PR)
Mandato: 1987/1991 –
1999/2003 – 2003/2007 –
2007/2011 - 2015/2019
Gabinete: 13



Deputado Zé Antônio
(PTB)
Mandatos: 2015/2019
Gabinete: 104



Deputado Lucas Calil
(PSL)
Mandatos: 2015/2019
Gabinete: 106



Deputado Simeyzon
Silveira
(PSC)
Mandatos: 2011/2015 -
2015/2019
Gabinete: 23



Deputado Paulo Cezar
(PMDB)
Mandatos: 2003/2007 –
2007/2011 – 2011/2015 -
2015/2019
Gabinete: 22



Deputado Gustavo Sebba
(PSDB)
Mandato: 2015/2019
Gabinete: 101

1.1.4 Equipe da Comissão de Segurança Pública

Ana Paula de Oliveira Pinto – *Assistente Legislativo (Secretária da Comissão)*

Beatriz Mendanha Ribeiro Valadares – Assistente Legislativo

Carlos Luiz Novaes de Araújo Neto – Técnico Administrativo

Diego Linhares Volpp – Estagiário

Laísa Mayara Nunes da Cunha - *Assessora Parlamentar*

Luciana Maranhão Pereira - *Analista Legislativo*

Lorrana de Oliveira - Estagiária

2 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

2.1 - Audiência Pública – Tema: “Criminalidade e Violência Urbana: Ouvindo os Agentes de Segurança Pública”

No dia 17 de fevereiro, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, juntamente com o vice-presidente da Comissão, Deputado Estadual Major Araújo, participaram de uma audiência pública promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB-GO).

O evento, sob a coordenação do presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Rodrigo Lustosa, e do presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal, Edemundo Dias, ocorreu na sala de sessões da sede da OAB-GO e contou com a presença do presidente da Seccional, Lúcio Flávio Siqueira de Paiva, do diretor-tesoureiro, Roberto Serra e de representantes das instituições e associações diretamente envolvidos com a Segurança Pública.

Tratou-se da primeira de um ciclo de audiências que serão promovidas e sediadas pela Ordem para discutir o tema. A decisão de abrir o ciclo com a oitiva dos agentes de segurança ocorreu devido as mortes do policial civil Oscar Charife Abrãao Garcia e do policial militar Antônio Moreira Machado, durante o feriado de Carnaval.

A audiência enfatizou a preocupação de todos com a crescente insegurança vivenciada pela sociedade no estado de Goiás e quais providências poderão ser tomadas para conter a violência e a criminalidade, a fim de buscar soluções aos problemas apresentados.

No evento os deputados tiveram a oportunidade de discutir com a Comissão de Direitos Humanos e de Segurança Pública da OAB e os demais presentes a necessidade de investimentos na valorização dos agentes de segurança pública, para que tenham condições de realizar um bom trabalho.

Na ocasião destacou-se também a importância de ouvir os agentes de segurança, os quais tiveram a oportunidade de apresentar sugestões e críticas, bem como abordar problemas enfrentados no segmento.

A Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi parabenizou a iniciativa da Ordem que, segundo ela, demonstra preocupação e proximidade com as demandas da sociedade. Ela demonstrou, em dados, o quão alarmante é a falta de segurança atualmente: informou que no ano passado mais de 500 pessoas foram assassinadas em Goiânia e, nos últimos anos, mais de 2.000 mulheres foram violentadas. "E esses são os dados referentes às vítimas que tem coragem de relatar a violência porque muitas não tem", alertou. Para a deputada, para priorizar a questão da segurança pública as autoridades precisam, em primeiro lugar, valorizar os profissionais que trabalham na segurança.



Para o Deputado Estadual Major Araújo, a violência contra policiais representa violência contra o próprio Estado e, se nada for feito, o crime dominará Goiás. “É preocupante o número de policiais que são vítimas de bandidos. O Estado precisa responsabilizar e investir em estrutura e planejamento, principalmente nas cidades do interior, em que a população vive refém de bandidos”.

O Coronel Divino Alves, da Polícia Militar (PM), relatou que a instituição tem feito um esforço grande para cumprir suas funções, mas necessita de investimento

e uma política nacional de segurança pública que contemple os agentes e o sistema penitenciário.

O representante da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás, superintendente de Políticas de Segurança, Edilson Divino de Brito, relatou as ações que a Secretaria vem desenvolvendo em busca de melhorias relacionadas ao tema e defendeu a execução de políticas públicas conjuntas entre os governos federal, estadual e municipal.

Conforme o delegado geral da Polícia Civil, Deusny Filho, o problema da segurança pública está na quantidade de servidores e na falta de investimentos na área. Destacou a importância do trabalho em equipe para a mudança do atual cenário de insegurança.

Após as manifestações de todas as entidades, abriu-se o debate ao público, para questionamentos dirigidos. Em seguida, anunciou-se que todos os posicionamentos levantados seriam analisados para fins de tomada de decisões.



2.2 - Audiência Pública – Tema: Segurança Pública no Estado de Goiás

No dia 12 de abril, por iniciativa do Deputado Estadual Major Araújo, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, a Comissão realizou audiência pública, no auditório Solon Amaral, nesta Casa de Leis. Onde discutiu o Projeto de Lei do Executivo nº 884/16, que cria na estrutura da Polícia Militar de Goiás e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, a graduação de “Soldado de 3ª Classe”, com remuneração mensal de R\$ 1.500,00.

Também foi debatido o Projeto de Lei nº 888/16, que cria os cargos de Escrivão de Polícia Substituto e Agente de Polícia Substituto nas respectivas carreiras da Delegacia-Geral da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás. Com alterações na Lei nº16.901, de janeiro de 2010.



Participaram da audiência com o autor da proposta, o vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Casa, Major Araújo; o Deputado Estadual José Nelto; o promotor da 57ª Promotoria de Patrimônio Público, Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), Fernando Krebs; o presidente da Comissão de Segurança Pública e Política

Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás (OAB–GO), Edemundo Dias de Oliveira Filho; o presidente do Sindicato das Policiais Civas do Estado de Goiás (Sinpol), Paulo Sérgio Alves de Araújo; e o diretor da Associação União dos Militares do Estado de Goiás (Unimil), cabo Nataniel de Senna.

Também participaram do encontro diversos representantes da sociedade civil organizada e aprovados nos concursos da Polícia Civil que aguardam a convocação.

No discurso de abertura dos trabalhos, Major Araújo declarou que a criação do Soldado de 3ª Classe com remuneração de R\$ 1,5 mil causa preocupação nas polícias e na sociedade, pois irá afetar diretamente a motivação desses profissionais no exercício da promoção da segurança pública.

“Precisamos de policiais motivados na sua carreira e essa lei vai trazer evasão maior do que a atual. Um salário de R\$ 1,5 mil é muito baixo. Esse é o pior salário da história do cargo de segurança pública”, afirmou o parlamentar.



Edemundo Dias de Oliveira Filho informou que a OAB está trabalhando na coleta de dados referentes aos índices de criminalidade divulgados pela Secretaria de Segurança Pública. Segundo ele, que também já atuou como delegado, para o candidato ingressar nos quadros da polícia é necessário possuir vocação e se preparar para defender a sociedade.

O promotor Fernando Krebs criticou o Governo por não chamar os concursados que estão na lista de espera, ao mesmo tempo em que faz novos concursos. “O novo cargo tem nome, deveria chamar policial gari, pois vai ganhar menos que um gari. É o menor salário de policiais da história do país.”

O deputado José Nelto afirmou que a segurança pública do Estado está sucateada há 18 anos. “Goiás virou o Estado do Medo por conta da violência e da falta de segurança pública. Aí, agora vem o Governo com esse projeto querendo pagar salário de estagiário para policial.”

Já o presidente do Sinpol, Paulo Sérgio Alves de Araújo, chamou o projeto de lei de “descalabro” para a categoria de policiais goianos. O sindicalista afirmou que é inadmissível ver seus colegas de trabalho recebendo R\$ 1,5 mil para sustentar suas famílias.

“Os policiais civis não querem ser assediados moralmente pelos delegados. Os policiais estão cansados de fazer plantões aos finais de semana por falta de profissionais para troca de turnos. Delegacias estão sucateadas. Estamos pedindo socorro”, disse Sérgio.

O diretor da Unimil, o cabo Nataniel de Senna endossou o discurso do presidente do Sinpol. Segundo ele, o atual cenário é de insegurança e falta de infraestrutura. “Estamos correndo perigo, nem coletes a prova de balas para todos os policiais nós temos. As armas são precárias, não conseguimos combater a criminalidade, sem estrutura salarial e sem equipamentos básicos.”

Para o cabo Senna, o secretário de Segurança Pública fala em motivar a categoria, mas para ele, salário de R\$ 1,5 mil é desvalorização. “O Governo só desmotiva a categoria, retornando nossos soldados ao trabalho escravo.”

Cabo Senna encerrou sua fala explicando que há 1.200 aprovados no cadastros de reserva que estão aguardando há mais de um ano a convocação para serem efetivados. De acordo com o militar, esses concursados passaram por todas as etapas exigidas e hoje estão na espera.

Após as falas, o vice-presidente da Comissão Major Araújo cedeu espaço aos participantes apresentarem sugestões, reclamações e reivindicações. Em seguida, encerrou o encontro reafirmando seu compromisso com a causa e destacando que irá atuar em prol da rejeição do projeto de lei que tramita no Parlamento Goiano.

2.3 - Audiência Pública – Tema: Transfeminicídio e Violência no Território Goiano

A audiência pública do dia 18 de abril de 2016 foi conduzida pela **Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi**, Presidente da Comissão de Segurança Pública (CSP/Alego). A mesa do evento foi composta pelo vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB, **André Carneiro**; pela representante dos movimentos sociais Origem (Organização dos Homens e das Mulheres Transexuais do Brasil) e Antra (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), **Rafaella Damasceno**; pela secretária municipal de Políticas para as Mulheres, **Teresa Cristina Nascimento Sousa**; pela promotora da 63ª promotoria da violência doméstica e contra a mulher, **Rúbian Correa Coutinho**; pela delegada plantonista da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, **Laura Castro**; e pela deputada federal **Erika Kokay** (PT-DF).

A Deputada Delegada Adriana Accorsi iniciou a audiência ressaltando ser a primeira Audiência Pública a tratar sobre esse tema na Casa. Informou a todos que o estado de Goiás passou de 9º para 3º lugar em números de feminicídio no Brasil: “foram quase 300 mulheres assassinadas só no ano passado”, constatando a falta de políticas públicas para essas mulheres.



Em seguida, estabeleceu-se um tempo para que os componentes da mesa pudessem expressar sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com a representante dos movimentos sociais Origem e Antra, Rafaella Damasceno, que ressaltou sua indignação ao afirmar que “O Estado nos deixa morrer. O Estado e a sociedade com todo seu arcaísmo, inclusive nós que fomos criados de uma forma preconceituosa, nos matam, matam um ser feminino”.

Rafaella concluiu sua fala salientando que esse tipo de violência poderá ser cessada apenas por meio da educação, principalmente voltada para as crianças. Informou também que estão preparando, por meio do movimento Antra, um documento para a ONU (Organização das Nações Unidas) abordando o transfeminicídio no Brasil.

A plantonista da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Dra. Laura de Castro, que também é transexual, lembrou-se de uma reivindicação sua antiga, juntamente com a deputada Delegada Adriana Accorsi, em que solicitavam a criação de uma delegacia especializada para crimes de ódio, a fim de atender a todas as pessoas que sofrem preconceitos e discriminações.

No aporte de encaminhamentos, a delegada do Deam sugeriu algumas ações que poderiam ser executadas pelo próprio Poder Legislativo:

- Transformar transfeminicídio em crime hediondo;
- Lesão corporal por razão de condição de gênero ser considerada uma circunstância qualificadora do crime, assim como ocorre com a mulher;
- A injúria por opção sexual ser tipificada, assim como a racial;
- Aproveitar textos existentes atualmente na legislação e apenas acrescentar a classe dos transexuais.

Como representante do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia (PT), a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Teresa Cristina Nascimento Sousa, declarou que: “O transfeminicídio e violência no território goiano são objetos de políticas públicas importantes para a Secretaria de Goiânia. Porém, essa discussão não é uma pauta fácil de ser implementada.

A Promotora da 63ª Promotoria da Violência Doméstica e Contra a Mulher, Rúbian Correia Coutinho, declarou que são necessárias mudanças na legislação, especialmente na lei federal 13.104/2015, em relação ao transfeminicídio. “Essa

luta de diferenças entre a mulher e a transexual deve ser discutida dentro da legislação. Não existe uma especificação na lei que discuta o transfeminicídio.” A promotora explicou como ocorre o julgamento desses casos, para o transexual que se sente mulher, é caso de feminicídio, porém se o juiz for conservador, tratará o caso de forma comum - o que, segundo a promotora, não deveria ocorrer, “fica a interpretação por conta do perfil de quem está julgando, deveria estar explícito na lei.”

O vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), André Carneiro, disse que a entidade está disposta a discutir o transfeminicídio e trabalhar na melhoria da legislação vigente e do aparelho jurídico relacionado com o tema.

A representante da Patrulha Maria da Penha, a Tenente Deise Vaz de Rezende, relatou que a atuação da Patrulha ocorre há um ano em Goiânia e que esse trabalho já foi estendido também a outros municípios, como Anápolis, Posse e Luziânia. Informou que os integrantes da Patrulha fiscalizam se as medidas protetivas das DEAMs (Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres) estão sendo cumpridas.

Em seguida, a Deputada Delegada Adriana Accorsi pontuou que proporá, a partir da Comissão de Segurança Pública, a inclusão da violência transgênero no rol de proteção da Patrulha Maria da Penha no estado de Goiás.

Logo em seguida, abriu-se espaço para o debate direto com a comunidade participante do evento. Iniciou-se com o Pastor Edson que destacou a falta de abrigos para os transexuais no estado de Goiás. Solicitou também às autoridades a qualificação do servidor público para atendimento às pessoas trans.

Pollyana Marques, integrante do comitê técnico de saúde da população LGBT, frisou que “o não acesso dos transexuais e travestis à educação, à saúde, à segurança pública e aos seus direitos leva-os à morte. E de uma forma indireta, todos nós, participamos desses homicídios, pois cada vez que se permite as pequenas violências em nosso espaço, os não acessos, as piadinhas vexatórias, cada um desses elementos se somam e resultam em mortes e assassinatos.”

Chefe da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Goiânia, a Delegada Ana Elisa Gomes Martins, lamentou a insuficiência de servidores para atendimento nas delegacias. Finalizou a fala dizendo que gostaria de ampliar o

atendimento para os homossexuais, já que os trans que se apresentam como mulheres já são atendidos.

A vereadora de Aparecida de Goiânia Delegada Dra. Cibele destacou que muito pouco se evoluiu na cidade de Aparecida de Goiânia sobre políticas públicas direcionadas a mulheres e em relação a mulher trans nada foi feito. Lastimou o fato da cidade não ter estrutura para execução dessas políticas públicas, não existindo sequer uma Secretaria da Mulher. A vereadora concluiu que é necessário incluir as transexuais na luta das mulheres.

Na sequência, a Deputada Delegada Adriana Accorsi destacou que fará um requerimento, através da Assembleia Legislativa de Goiás, para a criação de uma Secretaria da Mulher em Aparecida de Goiânia.

A diretora de políticas públicas para mulheres em Anápolis, Dra Erondi, enfatizou a carência de casas de abrigo para travestis. Estes são levados geralmente a casa de voluntários que colaboram com a causa de forma improvisada.

Dra. Erondi sugeriu que se estendesse o horário de funcionamento das delegacias da mulher e da patrulha Maria da Penha, pois ambas atualmente não funcionam no final de semana e nem à noite. Segundo ela, é justamente nesses horários que ocorrem o maior número de agressões domésticas. Ao esperar o horário de abertura da delegacia para registrar a queixa, obtemperou a delegada, a mulher poderá mudar de ideia.

A Sra. Ângela sugeriu a exigência de que os meios de comunicação ampliem a cobertura das violências cometidas em mulheres trans, com a criação de programas educativos que deem mais visibilidade a essas violações. Reivindicou ainda que todas as instituições públicas possam estabelecer processos de formação para a compreensão das especificidades e diversidades da população transgênero.

A presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/GO, Dra. Eliane Pedroza, ressaltou a importância de especificar nas ocorrências policiais os crimes cometidos por motivação homofóbica, e assim alimentar pesquisas estatísticas que servirão de insumos as implementações de políticas públicas.

A deputada federal do PT do Distrito Federal Erika Kokay afirmou que a classe LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero) vive uma luta constante na sociedade contra o preconceito e em favor da liberdade.

“Os transexuais são tratados pela sociedade como invisíveis. É herança do colonialismo, no qual um grupo de indivíduos sentiam-se dono das pessoas. Há uma mercantilização da política, dos mandatos e das pessoas” afirmou Erika Kokay. As pessoas trans hoje ocupam lugares apenas no mercado do sexo e da estética, justamente porque não suportam o processo de discriminação e bullying que sofrem nas escolas.



Conforme a congressista, alguns querem negar que são sexuados e sofrem por isso, já que muitas vezes o corpo não corresponde a sua identidade de gênero.

“Na Câmara Federal há um projeto meu e do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) que trata da identificação de gêneros. Esse projeto assegura aos adolescentes o direito de acesso a mudança sexual. Dentro da Câmara e na sociedade brasileira existe o fundamentalismo religioso e patriarcalismo que acha que é preciso retirar o direito das pessoas, alimentando substancialmente a generofobia”, explicou Erika Kokay.

Erika encerrou a fala concluindo que é necessário ter políticas públicas e projetos que busquem o enfrentamento da homofobia e trabalhem também o recorte das pessoas trans, que muitas vezes são esquecidas.

Logo após, a deputada Delegada Adriana Accorsi passou a palavra para aos integrantes da mesa para as considerações finais. Rafaella sugeriu aos representantes da organização da Parada Gay de Goiânia, que sigam o exemplo de São Paulo e coloquem o tema deste ano “Travestis e Transexuais”. Para a presidente da Comissão de Segurança Pública, solicitou encaminhamento de projeto de lei contra a LGBTfobia no estado de Goiás, assim como foi feito no estado de São Paulo. Solicitou apoio na criação de uma Casa de Abrigo, a fim de acolher a população trans em situação de risco e também possibilitar a sua capacitação ao mercado de trabalho.

A Promotora da 63ª Promotoria da Violência Doméstica e Contra a Mulher, Rúbian Correia Coutinho, sugeriu à representante dos movimentos sociais da classe, Sra. Rafaella, fazer uma solicitação ao Ministério Público, diretamente ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH), para realizar uma discussão sobre as dificuldades pelas quais a Casa de Abrigo enfrenta atualmente.

Ao final a Deputada Delegada Adriana Accorsi, Presidente da CSP/Alego assegurou que organizará uma reunião com o diretor-geral da Polícia Civil, Dr. Álvaro Cássio dos Santos, a fim de apresentar as demandas ligadas a essa área e discutir procedimentos que possam conter o transfeminicídio no estado.

2.4 - Audiência Pública – Tema: Construção da Casa de Semiliberdade em Goiânia, no Setor Cidade Jardim.

A audiência pública realizada na manhã do dia 25 de abril de 2016 foi organizada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio de sua presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, no auditório Solon Amaral. Teve como objetivo discutir com a comunidade a construção de uma Casa de Semiliberdade no centro do setor Cidade Jardim. A

audiência foi fruto da reivindicação da Associação de Moradores, através de um abaixo assinado, e dos moradores locais diretamente na Comissão de Segurança Pública.

A mesa do evento foi composta pela presidente da Comissão de Segurança Pública, a **Deputada Delegada Adriana Accorsi**, pela Superintendente Executiva de Direitos Humanos, **Onaide Silva Santillo**; pelo Defensor Público do Estado de Goiás, **Saulo Carvalho Davi**; pelo representante da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil –OAB/GO, **Gabriel Picanso de Oliveira**; pela representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Goiás – CEDCA/GO, **Any Patrícia Borba**; pela representante da Associação dos Moradores do Setor Cidade Jardim, **Maria Aparecida Fontoura**; bem como pela Promotora de Justiça do Estado de Goiás, **Simone Disconsi de Sá Campos**.

A Deputada Delegada Adriana Accorsi iniciou a audiência explicando que a comunidade procurou a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa para esclarecimentos acerca da construção da Casa de Semiliberdade no Setor Cidade Jardim. Destacou também a importância do debate com a sociedade, com o objetivo de compreender a importância da obra e da política de ressocialização dos jovens envolvidos em atos infracionais.



A representante da Associação de Moradores do Setor Cidade Jardim, a Sra. Maria Aparecida Fontoura, relatou a insatisfação da comunidade pela falta de diálogo e transparência na implantação da Casa de Semiliberdade e deixou claro que a sociedade local não foi ouvida antes do início das obras. Aproveitou a oportunidade para questionar se o lugar apresentado é realmente adequado para a construção dessa Casa, sendo que, existem várias outras áreas do Estado que a comportariam. A moradora cobrou soluções quanto ao assunto e sugeriu também que esse espaço fosse destinado a atividades socioculturais para o Setor Cidade Jardim.

Logo após, o Dr. Gabriel Picanso de Oliveira, representante da Comissão de Segurança Pública da OAB/GO, expôs que a preocupação da comunidade local é pertinente, pois envolve a desvalorização dos imóveis na região com a vinda da Casa de Semiliberdade.

A representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Any Borba, também expressou apreensão quanto à instalação da Casa de Semiliberdade sem o conhecimento da Associação dos Moradores do Setor Cidade Jardim. Explicou que deve existir uma discussão prévia com a sociedade quanto ao tema.

A Sra. Any Borba esclareceu aos presentes sobre o funcionamento das Casas de Semiliberdade, ressaltou que o adolescente, que está sob o regime de semiliberdade, possui idade acima de 16 anos e deve obrigatoriamente estar estudando e trabalhando. Citou como exemplo o sucesso desse tipo de Casa no Estado de Paraná, onde foi instalada em um bairro de classe média-alta da cidade sem gerar transtornos para a comunidade local. Encerrou sua fala, ressaltando que para o projeto dar certo, o Setor Cidade Jardim precisaria estar equipado para receber esses adolescentes, com postos de saúde, pontos de cultura e lazer, o que o bairro hoje não oferece.

Posteriormente, a palavra foi do Defensor Público Saulo Carvalho que expressou sua indignação sobre o desconhecimento da sociedade sobre a construção da referida unidade de internação. Afirmou que “não existe democracia sem a participação dos cidadãos e que a ressocialização passa necessariamente por ações comunitárias, de modo que a comunidade tem que estar efetivamente engajada nesse projeto para que possa produzir bons frutos.” O Defensor Público

explicou também que os moradores podem pleitearem a responsabilidade civil do Estado para receberem indenização, caso ocorra desvalorização imobiliária na região.

A superintendente Executiva dos Direitos Humanos, Onaide Santillo, assegurou que entende a preocupação em relação à segurança das famílias, porém enfatiza a responsabilidade de todos da comunidade e do governo (por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) na ressocialização dos adolescentes que respondem por atos infracionais. A Superintendente esclareceu que o Estado é responsável em construir a Casa de Semiliberdade, sendo que tem pouca área disponível; enquanto o município é responsável pelas áreas de lazer. O Ministério Público exigiu a construção da Casa de Semiliberdade, sob pena da Secretária Cidadã ser responsabilizada criminalmente e civilmente pela ausência da Casa em Goiânia.

A Sra. Onaide admitiu que faltou discussão, porém esclareceu que existe também muita burocracia nos projetos e que alguns acontecimentos surgem fora da vontade das pessoas responsáveis. Por fim, citou a Casa de Semiliberdade da cidade de Anápolis como exemplo, deixando claro que nunca ocorreu nenhum incidente negativo envolvendo os jovens assistidos.



Logo após a exposição da palavra de todos os componentes da mesa, abriu-se espaço para debate direto com a comunidade participante do evento. A maioria dos presentes são moradores do Setor Cidade Jardim e tiveram a oportunidade de expressarem a preocupação quanto a instalação da Casa de Semiliberdade, pois segundo eles pode ocasionar aumento de furtos, roubos, mortes, entre outros tipos de criminalidades na região.

A comunidade local sentiu-se prejudicada pela falta de diálogo quanto ao assunto e seus direitos violados, pois não houve um estudo da avaliação dos impactos socioambientais da obra junto com a sociedade. Os moradores explicaram também que essa área era usada anteriormente como local de lazer e que no momento a região está carente de espaços que contribuam para a cultura, esporte, recreação e entretenimento. Conforme afirmou um dos moradores, Sr. Semivaldo Ramos: “a revolta da comunidade é porque lá era uma área de integração, espaço de convivência e toda investida do Estado nesse local é para expurgar a sociedade de lá.”

A Sra. Cirley, integrante da Associação dos Moradores da região, apresentou um abaixo assinado com mais de cinco mil assinaturas, em que as pessoas participantes posicionaram contrárias à instalação da Casa de Semiliberdade na região. A moradora afirmou que descobriu por acaso que estava sendo construída uma Casa de Semiliberdade no local. Ressaltou que o local não é adequado e que esses adolescentes não terão infraestrutura necessária para sua ressocialização, e que deveria ser usado para uma área de lazer à comunidade.

A preocupação essencial está relacionada à segurança dos moradores e do comércio local. A Sra. Sônia, moradora do Setor Cidade Jardim há mais de 34 anos, manifestou sua indignação, relatando que no mesmo espaço que estão querendo construir a Casa de Semiliberdade funciona uma escola de criança, o que não combina, segundo ela.

Entre os participantes do debate, destacou-se a presença do Professor Paulo Vinícius, representando o Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG). O educando apontou dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que demonstra que de 1 a 3% dos crimes hediondos e graves são cometidos por jovens e adolescentes. De acordo com ele, é necessário esclarecer que a Semiliberdade não é o mesmo que regime Semiaberto, pois este último refere-se a presos de

unidades prisionais sendo que os primeiros são apenas adolescentes. A semiliberdade representa uma medida educativa para adolescentes que cometeram um erro, porém o Estado e a sociedade são responsáveis por recuperarem esses meninos.

Tarihan Chaveiro Martins, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB/GO, concordou com a preocupação da sociedade. Porém, como pesquisador do Núcleo de Criminalidade e Violência da UFG (NECRIVE), afirmou a necessidade da população conhecer melhor quem são esses adolescentes, pois esse grupo é mais vítima do que agente da violência. Segundo ele, esses jovens praticam na maioria das vezes delitos contra o patrimônio ou apenas atos infracionais, como dirigir sem habilitação.



Alguns dos moradores presentes aproveitaram a oportunidade para pedir mais segurança para a comunidade, pois constatou-se um aumento do número de criminalidade na região. O habitante do bairro, Sr. Sudário enfatizou que a família está pedindo socorro ao Estado.

A necessidade de planejamento na execução de políticas públicas também foi outro ponto abordado pela comunidade na referida audiência. Enfatizaram a importância de se conhecer profundamente a região para, então, finalmente aplicar o projeto de instalação da casa de recuperação para jovens. O Sr. Nelson Ferreira

sugeriu também levar os gestores responsáveis pela obra no local aonde está sendo construído, para perceberem a inadequação do local, haja vista que no mesmo lote existe uma creche.

Portanto, a maioria dos moradores reivindicaram a paralização da obra, bem como a realização de um estudo aprofundado sobre seus impactos. Além disso, solicitaram que se faça uma reavaliação da área escolhida, pois consideram inadequada para receber uma obra desse vulto.

Representando o Ministério Público do Estado de Goiás, a promotora de justiça Dra. Simone Disconsi de Sá Campos, enfatizou que quando existe diálogo há uma maior possibilidade de acertar, já que o Estado possui uma acentuada escassez de recursos para aplicação nas políticas públicas. A promotora também questionou sobre a existência do estudo dos impactos da obra. “O TAC está vencido e as obrigações não foram cumpridas nem nas internações e nem na Semiliberdade”, frisou a representante do Ministério Público. Concluiu que o sistema socioeducativo não funciona no Estado de Goiás, pois se funcionasse não teríamos medo na construção de Casas de Semiliberdade no bairro.

Ao final dos debates, foi definido que a parlamentar solicitará, junto ao Governo, paralisação da obra, questionamento sobre a inexistência do relatório sobre o impacto social e ambiental, além de reforço policial para a região. Também foi agendada uma nova audiência pública, a ser realizada no setor, no dia 17 de maio de 2016.

2.5 - 2ª Audiência Pública – Tema: Construção da Casa de Semiliberdade em Goiânia, no Setor Cidade Jardim.

A audiência pública foi realizada no dia 17 de maio de 2016 na praça Centro Social Urbano - CSU no setor Cidade Jardim pela Comissão de Segurança Pública, por meio de sua presidente a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi. A escolha do local de realização da audiência teve como finalidade primordial proporcionar maior participação da comunidade na discussão sobre a construção

da Casa de Semiliberdade no setor, destinada para adolescentes autores de ato infracional.

A referida audiência foi fruto da reivindicação da Associação dos Moradores do Setor Cidade Jardim, juntamente com outros moradores das regiões limítrofes, que se sentiram prejudicados com a implementação da Unidade de Semiliberdade na praça CSU sem a realização do estudo de impacto socioambiental.

A mesa foi dirigida pela sua presidente a **Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi** e composta pelo representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, **Aguinaldo Lourenço**; pelo comandante da Guarda Municipal, **Inspetor Gomes**; pelo representante da Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho do Estado de Goiás, **Jesus Viana**; pelo representante da Polícia Civil, **Wilson Alves**; pelo representante do Governador do Estado de Goiás em exercício, o delegado **Josuemar Vaz de Oliveira**; pelo capitão da Polícia Militar, **Ítalo**; pela representante da Associação dos Moradores do Setor Cidade Jardim, **Maria Aparecida Fontoura**; incluindo também a moradora do bairro, **Cirley Marinho**.

A Deputada Delegada Adriana Accorsi fez a abertura da audiência explicando que se tratava da segunda reunião para discutir a construção da Casa de Semiliberdade no setor Cidade Jardim, a fim de complementar a prestação de informações à comunidade iniciada na Audiência do dia 25 de abril de 2016 realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

O representante da Secretaria Cidadã, Sr. Jesus Viana deixou claro que não compareceu à audiência para defender ou não a construção da Unidade Socioeducativa no local. A obra é uma obrigação do Estado, que está fazendo a sua parte atendendo à cobrança da Justiça e do Ministério Público. Comprometeu-se a levar as reivindicações dos cidadãos às autoridades públicas, mas preferiu deixar a fala para o final para colher mais informações e assim dar sua opinião.

Logo após, o representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Aguinaldo Lourenço, assegurou que este é um momento de reflexão muito sério, que necessita de tomada de decisões com muita responsabilidade, envolvendo a participação de todos os cidadãos. Na oportunidade, o representante do Conselho fez referência a uma citação de Guimarães Rosa, em que diz “junto dos bom a gente fica melhor.” Acrescentou também que

“apontar problemas é muito simples, mas trazer soluções, e soluções coerentes e realizáveis, é outra história.”



O representante do Governador do Estado de Goiás em exercício, Sr. Josuemar Vaz de Oliveira afirmou que sua missão seria ouvir a comunidade, pois o assunto é bastante polêmico. Confirmou a existência do problema e a necessidade de ser deliberadas ações para sua solução, sendo que a comunidade também é responsável em apresentar mecanismos para elucidação do mesmo. Explicou que existem menores infratores em todos os bairros, contudo é um problema que envolve, além da questão social, a segregação da família. Assim explanou: “Vamos ouvir e levar as reivindicações às autoridades responsáveis.”

Após a explanação dos componentes da mesa, abriu-se as inscrições para a participação dos moradores. Momento em que os presentes puderam expressar sua opinião sobre a construção da Casa de Semiliberdade no bairro, com a finalidade de buscarem uma solução precisa sobre o assunto.

Iniciou-se a fala a Sra. Cirley Marinho, dizendo que a comunidade reivindica uma área de lazer, cultura e de entretenimento no local e pede a sensibilização das autoridades. Esclareceu que a comunidade é contra a construção da Casa de Semiliberdade, pois segundo ela o local não oferece estrutura que atenda a esse tipo de política pública. Também afirmou que o Governo não dialogou com a

comunidade e iniciou a obra as escusas dos moradores, que descobriram por acaso a placa identificando o empreendimento.

A moradora Sra. Eliana Porto enfatizou que o local é inapropriado para a instalação, pois no mesmo lote existe uma creche em funcionamento com mais de 80 crianças, além de outras escolas nas proximidades.

A Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi explicou que não houve o estudo do impacto socioambiental, sendo que a Comissão de Segurança Pública solicitou uma cópia do mesmo e não foi apresentado até a data da presente audiência pública.

O Sr. Jesus Viana aproveitou para esclarecer o funcionamento da Casa de Semiliberdade, dizendo que quando é tipificado uma prática de ato infracional da criança e do adolescente, a autoridade competente poderá tomar as seguintes medidas: 1) advertência; 2) obrigação de reparar o dano; 3) prestação de serviço à comunidade; 4) liberdade assistida; 5) inserção ao regime de semiliberdade; 6) internação.

Acrescentou que a Casa de Semiliberdade não pode ser construída na zona rural, para assegurar que a comunidade contribua no processo de ressocialização dos menores, deve ser próxima à escola, ao trabalho, aos hospitais e à família. Também explanou que os agentes públicos devem inspecionar os adolescentes, pois todos são obrigados a trabalhar, estudar e ir à Casa apenas para dormir. Aos finais de semana, a família dos menores em confronto com a lei deve levá-los para sua residência. Por último, o Sr. Jesus Viana concluiu que o Estado tem a obrigação legal de construir esses centros de recuperação, oferecendo aos adolescentes condições para que eles possam dar prosseguimento na vida amparados pela legalidade, pela comunidade e pelo Estado.

O Sr. Antônio Demósteles, representante do Conselho do Centro de Saúde do Setor, apontou que existem outras áreas do Estado que podem ser utilizadas para a construção da Casa de Semiliberdade, citou alguns exemplos nas proximidades do Detran. Explicou que na região do CSU existe várias escolas, creches, centro de saúde, ginásio, feiras livres e nesse sentido, a segurança do local poderá ficar comprometida com a vinda da Unidade Socioeducativa.

Os moradores aproveitaram a discussão para expressarem a preocupação acerca de um possível aumento da criminalidade com a construção da Casa de

Semiliberdade no Setor, já que os índices de violência na região já possuem números expressivos. O policial civil Wilson assim explanou: “pode acarretar sérios problemas para as escolas, creches, hospitais, bem como aos estudantes da faculdade.”

O evento também proporcionou a ampliação do debate com análise da possibilidade de transferência da obra para uma área mais apropriada a acolher os adolescentes. Os moradores consideram o local impróprio para a ressocialização, pois o espaço é pequeno e insuficiente para lhes garantir lazer e entretenimento.

A comunidade citou como exemplo as regiões de São Carlos/SP, Araraquara/SP e Tubarão/SC. Em todos esses casos, os locais inicialmente apresentados para a construção de Casas de Ressocialização de adolescentes foram alterados, pois foram considerados inadequados. Nesse sentido, os moradores do Setor Cidade Jardim também entendem que o local é inapropriado para essa obra, pois do lado existe uma creche em funcionamento e muito próxima dos centros residenciais e comerciais.



O morador Sr. Marcos Oliveira, representante do corpo discente da Faculdade Uni-Anhanguera, considerou importante a aplicação em Goiás de experiências já vividas em outros Estados, como o caso de Curitiba. O estudante também mencionou sobre a necessidade de elaborar um relatório técnico e científico, com a participação de professores da faculdade voltados para a área imobiliária e segurança pública, para ser apresentado na próxima reunião.

O vereador da Capital Sr. Deivison Costa também estava presente e posteriormente compôs a mesa da referida audiência pública. Ele deixou claro que apoia os moradores do Setor Cidade Jardim contra a construção da Casa de Semiliberdade, lembrando que existe uma lei de impacto da vizinhança que deve ser aprovada e assinada pela sociedade.

Após a explanação dos cidadãos do bairro voltou-se a palavra para o membros da mesa para expressarem sua opinião e apresentarem sugestões para a solução do problema abordado. O Capitão da Polícia Militar, Sr. Fábio concluiu que a construção da Unidade poderá acarretar transtornos para a comunidade. Citou exemplo da Casa do Albergado, onde as áreas limítrofes são vítimas de criminalidade recorrente devido ao impacto da Casa de Ressocialização. O inspetor Gomes assegurou também que a construção poderá sim trazer inquietação para a sociedade.

O Sr. Aguinaldo, representante do Conselho da Criança e do Adolescente, constatou que a maioria dos presentes realmente não são favoráveis a obra, porém lembrou que é dever da comunidade e do Poder Público cuidar das crianças e dos adolescentes.

O representante da Secretaria Cidadã, Sr. Jesus Viana, assegurou que a reunião foi bastante produtiva para a sociedade e para as autoridades presentes. Enquanto, o Capitão Ítalo manifestou-se contra a construção. Aproveitou a oportunidade também para solicitar à comunidade local que não houvesse mais depredação do patrimônio público. E por último, orientou os moradores a utilizarem mecanismos jurídicos para assegurarem seus direitos e não artimanhas violentas.

Dentre os encaminhamentos oriundos da audiência destacou-se: solicitar reunião com a Promotora de Justiça envolvida no caso, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAOINFÂNCIA – Karina D’Abruzzo; marcar audiência com o Prefeito de Goiânia Paulo Garcia para sugerir a permuta a área; reunião na Faculdade Uni-Anhanguera, com os estudantes e forças policiais para discutir estratégias para o reforço da segurança na região; marcar reunião com a Diretora da Fundação Terra Fértil (Sra. Maristela), responsável pela administração da creche, que está localizada no mesmo lote onde pretende construir a Casa de Semiliberdade; requerer ao Governo do Estado a transferência da área para a comunidade.

2.6 – Audiência Pública – Tema: Violência Contrás as Mulheres

A Comissão de Segurança Pública (CSP) realizou audiência pública do dia 27 de outubro de 2016, na no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). Conduzida pela Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da CSP, a mesa do evento foi composta: pela Senadora Lúcia Vânia (PSB); pela Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Tereza Cristina Sousa; pelo Secretário Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, Pedro Wilson Guimarães; pela delegada titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Ana Elisa Gomes Martins; e pelo psicólogo criminal do Instituto Médico Legal, Leonardo Ferreira Faria.



A Deputada Delegada Adriana Accorsi iniciou a audiência esclarecendo que o presente evento foi provocado porque nos últimos dias, no Estado de Goiás tem aumentado o número de casos de violência contra a mulher. Segundo ela, Goiás saltou da nona para a terceira posição de Estado com maior índice de violência contra a mulher.

“Essas ocorrências apavoram todas as famílias e continuam acontecendo. Como parlamentar, não podemos nos omitir diante dessa situação”, salientou. A

deputada lembrou que há projetos de lei de sua autoria que buscam fortalecer o trabalho daqueles que lutam no combate à violência contra a mulher.

Adriana informou que foi apresentada ao Governo de Goiás emenda parlamentar que disponibiliza recursos evidenciando a necessidade do uso das tornozeleiras eletrônicas pelos agressores domésticos. A deputada explicou que esteve com o governador Marconi Perillo (PSDB) que garantiu esforço para que a emenda seja apreciada. Exemplificou a eficácia do uso da tornozeleira com uma experiência que está acontecendo em Goiânia, aonde o agressor recebe uma tornozeleira e a vítima um botão do pânico. É monitorado 24 horas por policiais e quando o agressor e a vítima se aproximam numa distância de um quilômetro, um alarme é disparado e a viatura mais próxima é acionada, podendo assim, salvar a vida dessas mulheres.

A parlamentar reforçou que é preciso investir na capacitação dessas mulheres vítimas de agressões domésticas: “muitas não saem de seus relacionamentos abusivos por medo de não conseguir sustentar seus filhos”. Além disso, existe um projeto de lei em andamento, que reserva 5% das vagas de emprego de todas as empresas que negociam com o estado de Goiás para essas mulheres.



A mesma ainda complementou dizendo sobre a importância do fortalecimento das instâncias que combatem a violência: as delegacias de proteção à mulher, as delegacias de proteção a pessoa idosa e as delegacias de proteção a criança e ao adolescente, com mais recursos, mais servidores e mais empoderamento para proteger as mulheres.

Finalizou propondo um estudo sobre a influência da divulgação do feminicídio, assim como do suicídio, na indução de ocorrência de mais assassinatos, “é preciso fazermos um estudo sobre isso, não podemos repreender a imprensa na divulgação da notícia, mas talvez tenha uma forma de divulgar, assim como o suicídio. No mundo inteiro o suicídio não é divulgado porque é provado que pode estimular uma onda de suicídios”.

Em seguida, a senadora Lúcia Vânia questionou o que fazer para reverter o crescimento dos vários tipos de violência contra a mulher: violência física, moral, material, política. Enfatizou que a violência física está perdendo controle no estado de Goiás e que é preciso reconhecer que há formas de violência por questão de gênero. Lamentou que os dados dessa violência ainda não são bem apurados: “Estudos não revelam quantas mulheres morreram por violência doméstica e precisamos de estatísticas para elaborar as leis”.

A senadora relatou ainda que a partir da vigência da Lei Maria da Penha, os índices de violência doméstica no Brasil diminuíram, porém isso não ocorreu no estado de Goiás. “A violência contra a mulher em Goiás está muito acima da média nacional”, enfatizou Lúcia Vânia. O caminho não é a mudança da lei, e sim a operacionalização da lei e principalmente na internalização dos agentes públicos, que cada um assuma sua responsabilidade, inclusive do poder judiciário.

Logo após, Pedro Wilson Guimarães, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, refletiu sobre a eficácia da Lei Maria da Penha: “depois da Lei Maria da Penha achávamos que não precisávamos mais discutir a questão da violência contra a mulher, mas isso infelizmente não ocorreu”. Afirmou ser necessário o trabalho com questões práticas e que é imprescindível a existência de programas de proteção.

A secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Tereza Cristina Sousa enfatizou ser necessário tratar urgentemente a educação: “Enquanto tivermos essa educação discriminatória, continuaremos a ter violência contra a mulher”.

A titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Ana Elisa Gomes Martins, revelou que a delegacia registra em média 350 ocorrências mensais, dessas apenas 120 se transformam em inquéritos policiais. Grande parte dos crimes que acometem as mulheres são apresentados mediante queixas e muitas vezes as vítimas não querem dar andamento ao processo por temerem que seus agressores sejam condenados pelo poder judiciário. Assim, as vítimas continuam tolerando a violência. “Nosso trabalho tem que ter um foco na prevenção, educação e empoderamento das vítimas de violência doméstica que continuam tolerando ameaças e esperam chegar em situações extremas para denunciar seus agressores”, destacou a delegada.

Segundo Ana Elisa, a tornozeleira ainda é um grande instrumento de proteção às vítimas de violência contra a mulher. “Com a tornozeleira e através do botão do pânico a vítima pode acionar e é uma ótima ferramenta de monitoramento e proteção”, avalia.

A mesma concluiu dizendo que o caminho dessa causa de violência doméstica reside na proteção. É necessário investir em políticas públicas de proteção, no empoderamento da mulher (inserindo-a no mercado de trabalho), para assim, deixá-la segura em denunciar seu agressor e abandonar esse ambiente de violência. O trabalho da polícia está sendo feito, é preciso de mais empenho, envolvimento e comprometimento do poder judiciário.

O psicólogo criminal do Instituto Médico Legal, Dr. Leonardo Ferreira, destacou a importância do laudo psicológico para abertura de inquérito com vistas à punição do agressor denunciado. Enfatizou que os aspectos psicológicos causam muito mais transtornos nas vítimas do que a agressão física propriamente dita.

Ainda correlacionou a violência doméstica ao abuso infantil: “Muitas vezes nos casos de estupro infantil, a mãe confessa que é vítima de violência doméstica”. Em uma pesquisa que ele fez em cinco IMLs no Brasil, foi constatado que 80% dos casos de estupros contra crianças e adolescentes não tem lesão física e isso não quer dizer que o crime não foi praticado. Ou seja, nos locais aonde não tem um serviço de psicologia no atendimento, muitos casos são arquivados, pois o papel do médico legista é detectar a parte física e se não houve a lesão e nem sempre é porque o crime não aconteceu.

Dr. Leonardo também registrou sua preocupação com os agressores, por ser necessário o entendimento de onde eles vieram e o porquê deles estarem reproduzindo esse ciclo.

Em seguida, a presidente da CSP, Adriana Accorsi, abriu oportunidade para participação.

Sra. Kátia que sugeriu alguns encaminhamentos, tais como:

- Na seara da prevenção, visita às Secretarias de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA) e de Educação do estado de Goiás para articular emenda ao Plano Estadual de Educação com o intuito de voltar ao plano a questão de identidade gênero, que segundo Kátia, foi agressivamente retirada do projeto;
- Em relação à mídia, criar uma comissão envolvendo a Universidade, veículos de comunicação e imprensa em geral, poderes executivo e legislativo, para discutir como tratar a imagem da mulher na mídia;
- Reforma política contemplando uma maior participação da mulher no acesso às cadeiras, reforçando a necessidade de ter mulheres formulando políticas públicas para mulheres.

O representante do Centro de Valorização da Mulher (CEVAM), desabafou sobre a dificuldade de manter uma instituição que acolhe mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência doméstica, abuso sexual ou abandono que depende de caridade para se sustentar. Lamentou a ausência de representantes do poder executivo, judiciário e Ministério Público na Audiência e da inexistência do abrigo municipal que deveria exercer a função que o CEVAM desempenha.

A delegada da Delegacia Especializada no Atendimento à mulher, Laura de Castro Teixeira, falou sobre o Projeto de Lei (PLC 7/2016 – Senado Federal) que altera a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) no que tange a possibilidade do delegado de polícia decretar medidas protetivas em favor das vítimas de crimes perpetrados no âmbito doméstico. Assim como a senadora Lúcia Vânia, a delegada também é contra, porém ressaltou que não deve ser descartado todo o projeto de lei, alguns pontos são importantes e devem ser aproveitados, tais como: atendimento integral a mulher em situação de violência e atendimento policial e pericial por servidores do sexo feminino.

Dra. Laura ainda discorreu sobre o Projeto de Lei (PL 4972/13 - Câmara Federal), que também altera a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), sobre o uso de monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência.

Isto posto, a conselheira tutelar Kátia Regina realçou a questão da alienação parental: “muitas mães perdem a guarda dos filhos porque os pais fazem alienação parental, e assim as crianças são induzidas a ficarem com o agressor”.

A conselheira relatou que vivencia diariamente em seu trabalho a violência contra a mulher e contra as crianças e adolescentes. Segundo Kátia, essa violência doméstica só acabará através do trabalho de prevenção, com reforço do trabalho em rede. Com o intuito de romper esse ciclo de violência, sugeriu o oferecimento de acompanhamento psicossocial em todos conselhos tutelares e em todas as escolas de ensino fundamental e médio.

Representando a Secretaria Municipal da Saúde, Dra. Maria Laura Porto (médica coordenadora do Hospital D. Iris do ambulatório de assistência às vítimas de violência sexual), ressaltou a importância da divulgação da assistência médica e informou que hoje tem uma pequena demanda. É necessário publicidade para que essas mulheres saibam da importância de buscar também a assistência médica. “Temos menor quantidade de notificação na Secretaria Municipal de Saúde do que boletins de ocorrência registrados nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres”.

A conselheira tutelar Daniela narrou o quão humilhante é para a mulher agredida necessitar da materialização da agressão para fazer a denúncia. A mulher, a criança, ou o adolescente terem que provar que foram agredidos. Assim como é vexatório o atendimento a esta vítima de agressão sexual dentro dos IMLs: “Muitas passam o dia inteiro para ser atendidas e às vezes nem são. A prioridade é o preso.” Segundo a conselheira tutelar, não existe mais psicólogos atendendo nos IMLs e é crucial a presença desses profissionais. Por fim, registrou a necessidade de mudança da Secretaria Estadual e Municipal de Assistência Social, principalmente no que tange a violência contra a mulher.

Ao final a Deputada Delegada Adriana Accorsi, Presidente da CSP/Alego ressaltou que não medirá esforços para que todos os encaminhamentos do relatório sejam implementados, e concluiu que a reunião oportunizou o debate sobre o tema

e reforçou a necessidade da análise do que é preciso mudar para que as pessoas respeitem as mulheres em Goiás.

3 - EVENTOS

3.1 - Palestra Prevenção à Pedofilia durante o Carnaval

No dia 5 de fevereiro, a presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra para adolescentes da Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista, no Bairro Estrela Dalva. A palestra objetivou alertar os estudantes sobre a pedofilia, orientá-los e instruí-los no sentido de prevenir os casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, especialmente durante o período do feriado de carnaval que se aproxima.

O trabalho preventivo tem o objetivo de evitar que os estudantes sejam alvos fáceis desse tipo de crime, que infelizmente vem crescendo em nosso país.



3.2 - Ato Pela Paz

No dia 18 de fevereiro, a presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de um ato contra a violência e pela paz, organizado pelo SINPOL - Sindicato dos Policiais Civis de Goiás, realizado na praça Cívica, no centro da cidade de Goiânia-GO.

O movimento contou com a participação de dirigentes da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol) e do Sinpol do Distrito Federal, como também do deputado estadual Major Araújo. A manifestação foi realizada conjuntamente com a União Goiana dos Policiais Cíveis (Ugopoci).



O Ato pela Paz caracterizou-se pela união de agentes de segurança para protestarem contra a falta de estrutura no combate à violência no Estado. Atualmente o aumento do número de criminalidades assombra a própria categoria de profissionais responsáveis pela segurança da sociedade, que também estão sendo vítimas de diversos assaltos e assassinatos.

O Presidente do SINPOL, Paulo Sérgio Alves Araújo, afirmou que “os policiais fazem parte da sociedade, e como tal também são vítimas da violência. E isso precisa ter fim.” Com essas palavras, o presidente traduziu o sentimento da categoria diante do avanço da criminalidade, bem como a preocupação com a falta de investimentos na segurança pública do Estado de Goiás.

Foram lembrados episódios recentes de violência que tiveram como vítimas policiais, entre eles, o agente da Polícia Civil Oscar Charife Abrão, morto a tiros na madrugada do último dia 7 em uma lanchonete no Setor Oeste, em Goiânia. “O que mais chocou a sociedade é que ele foi morto em combate, tentando defender os frequentadores do local da ação dos criminosos, trocando tiros com bandidos”, destacou Paulo Sérgio.

O ato reuniu cerca de 100 policiais e teve como objetivo essencial demonstrar os sentimentos de indignação e medo dentro da corporação diante da falta de segurança, que atinge não apenas a sociedade em geral, mas também policiais e seus familiares.



3.3 - 1ª Conferência Municipal LGBTT

No dia 20 de fevereiro, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da 1ª Conferência Municipal LGBTT, na qual ocorreu vários debates e discussões acerca de segurança pública, violência, preconceito, cidadania e direitos humanos.

O evento, comandado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas de Goiânia, foi realizado no auditório da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). A Conferência teve o seguinte tema: “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.”

Na conferência realizou-se palestras abordando uma diversidade de assuntos, dentre eles: políticas intersetoriais, pacto federativo, sistema nacional de promoção da cidadania, enfrentamento da violência e participação social;

comunicação em direitos humanos; segurança pública, sistema de justiça e defesa dos direitos humanos para a população LGBTT; e marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento da violência contra a referida população.

A presidente da Comissão de Segurança Pública teve a oportunidade de discutir com os participantes, mais de 200 gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e heterossexuais, acerca dos altos índices de assassinatos de integrantes da população LGBTT em Goiânia.



Para o secretário de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, Pedro Wilson, essa discussão é importante porque é um tema muito presente na luta dos direitos humanos, e no Brasil é muito alto o índice de violência contra ativistas e a população LGBTT em geral.

Neste sentido, a partir da conferência, o objetivo é desenvolver linhas de programas e projetos sociais de apoio legal para a defesa de vítimas de violência, principalmente voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade, e maior investigação e consequente punição dos agressores.

Segundo o secretário municipal, a conferência é o primeiro passo de um tripé de ações planejadas para promover a cidadania para a comunidade LGBTT em Goiânia. Os próximos passos são a criação de um conselho municipal e de um plano municipal com projetos, campanhas e atividades pró direitos humanos.

Procurou-se discutir formas de vencer os preconceitos, assim como maneiras de implementar políticas públicas voltadas para os direitos humanos, reivindicando uma participação mais ativa do próprio movimento LGBTT.

Até o momento, Goiânia é a única cidade no estado a organizar uma conferência municipal, ideia que surgiu a partir da organização da conferência nacional, em que foi estabelecido a exigência de convocação de conferências estaduais e municipais.

3.4 - Palestra de Prevenção à Pedofilia na Escola Municipal Lions Clube Bandeirantes

No dia 22 de fevereiro, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra sobre Tolerância Zero com o Abuso e Exploração Sexual de Criança e Adolescente na Escola Municipal Lions Clube Bandeirantes, no bairro Goiá, na capital do Estado. O objetivo da palestra foi orientar os estudantes em como procederem diante de ataques de pedófilos, a fim de se protegerem e combaterem à violência.



3.5 - Programa Goiânia Mais Segura

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou no dia 23 de fevereiro de 2016 do lançamento do **Programa Goiânia Mais Segura**, que tem como objetivo reduzir o índice de criminalidade em todas as regiões da Capital através do policiamento comunitário e preventivo.



Estima-se que este seja um programa itinerante e em parceria com as demais forças da Segurança Pública do Estado. O lançamento aconteceu na região leste de Goiânia, na Praça da Juventude no Jardim das Aroeiras.

Participaram do evento o Secretário de Segurança Pública Joaquim Mesquita, juntamente com o Prefeito Paulo Garcia, o Comandante da Guarda Civil Metropolitana Elton Magalhães, bem como os vereadores de Goiânia Carlos Soares, Denício Trindade, Felizberto Tavares e Zander.

O programa teve a oportunidade de apontar estudos que indicam um aumento substancial da criminalidade em geral na região Leste de Goiânia, realizados pelo Observatório da Violência, do Centro Integrado de Inteligência e Controle da Secretaria de Segurança Pública do Estado e pelo Observatório da Violência da Guarda Civil Metropolitana.

A presidente da CSP Deputada Delegada Adriana Accorsi relatou a importância do programa e disse que este é a realização de um sonho, já que o projeto foi idealizado na sua gestão na Secretaria Municipal de Defesa Social (Semdef). Acrescentou: “Sinto muito orgulho de fazer parte desta conquista para Goiânia”. E ainda parabenizou o Comandante Elton Ribeiro Magalhães e a Guarda Civil Metropolitana de Goiânia pela inclusão da Segurança Comunitária em suas ações, garantindo assim proximidade com o cidadão e a cidadã goianiense.

3.6 - Reunião Sobre Violência Doméstica na Cidade de Anápolis

No dia 08 de março, a presidente da Comissão de Segurança Pública Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi participou do Dia Internacional da Mulher com uma roda de conversa entre as servidoras da empresa Telecomunicações Goiás - Telgo, na cidade de Anápolis.

A presidente da CSP falou sobre a Violência Doméstica e as consequências que ela provoca na vida de milhares de mulheres. No evento também trataram de temáticas relacionadas às mulheres negras e a maneira em que as mulheres são retratadas pela mídia.



3.7 - Reunião no Residencial Jardim do Cerrado

No dia 09 de março, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma reunião no Residencial Jardim do Cerrado, juntamente com a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar sobre Segurança e os trabalhos de Prevenção às Drogas na região.



3.8 - Reunião na Comurg

No dia 11 de março, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma roda de conversa com as mulheres responsáveis pela limpeza urbana de Goiânia. Esta foi uma das atividades em referência ao Dia da Mulher. Estavam no evento o presidente da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), Edilberto de Castro, servidores e outras autoridades.



No evento, a presidente da CSP proferiu palestra sobre a violência contra a mulher com o intuito de orientar e esclarecer sobre a Lei Maria da Penha, entre outras normas e políticas públicas de proteção à mulher. Informou ainda que a Lei Maria da Penha foi criada para proteger, assegurar e dar garantia aos direitos das mulheres vítimas de qualquer tipo de violência no meio familiar.

Instruiu as participantes da reunião como denunciar pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que foi criada com o objetivo de orientar as mulheres que sofrem algum tipo de violação de direitos e esclarecer sobre os serviços disponíveis às vítimas. Também esclareceu que esta Central (Ligue 180) é um número de utilidade pública, que pode ser acessado gratuitamente por mulheres de todo o país e representa um avanço no serviço de atendimento. Além disso, a Central também representa uma garantia de acesso das mulheres à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ao final a Deputada Adriana Accorsi distribuiu alguns exemplares e informativos da Lei Maria da Penha.

3.9 - Palestra sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes na Escola Municipal Frei Nazareno Confalone

No dia 14 de março, a presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra sobre Violência

contra Criança e Adolescente direcionada aos alunos da Escola Municipal Frei Confalone, localizada na Rua U-64 C-59 e 60 no Setor União.



3.10 - Reunião dos Conselhos de Segurança da Região Leste de Goiânia

No dia 30 de março, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da reunião dos Conselhos de Segurança da região Leste de Goiânia, na sede da Associação de Moradores do Conjunto Caiçara. O objetivo principal do encontro foi discutir com os moradores ações de policiamento comunitário, combate à violência e prestação de contas do trabalho realizado pela Guarda Civil Metropolitana, com o Programa Goiânia Mais Segura, entre outros assuntos.

Nesta reunião também foi entregue uma solicitação para que seja incluído um representante dos Conselhos de Segurança no Conselho que discute a Segurança Pública em Goiás. Estavam presentes o Comandante da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, Elton Ribeiro Magalhães, representantes da Polícia Civil e da Polícia Militar e o Vereador de Goiânia Carlos Soares.



3.11 - Palestra no Núcleo de Assistência Social (NAS)

No dia 29 de abril, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, ministrou palestra no Núcleo de Assistência Social (NAS), no Setor Esplanada do Anicuns desta capital, sobre direitos das mulheres e violência doméstica. A reunião contou com a participação da comunidade em geral e servidores públicos.



3.12 - Reunião sobre Segurança Pública na Escola Municipal Orlando de Moraes

No dia 29 de abril, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma reunião na Escola Municipal Residencial Orlando de Moraes, atendendo à solicitação da diretoria da escola.

O objetivo da reunião foi discutir sobre a segurança na região e outros assuntos de interesse da comunidade local. O evento teve a participação da líder comunitária e diretora do colégio Sra. Hiranildes Valentina Lobo e da comunidade local.



3.13 - Reunião na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás

No dia 02 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, foi convidada a ministrar palestra pela professora Marta Roverly, para os alunos do 3º

ano da Faculdade de Medicina da UFG. O objetivo essencial da reunião foi discutir sobre violência contra Crianças e Adolescentes.



3.14 - Palestra com Adolescentes Sobre Violência Doméstica

No dia 13 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve na Escola Municipal Padre Zezinho, onde realizou uma palestra sobre a violência doméstica cometida em nosso estado. Aproveitou o evento para esclarecer aos estudantes a importância de registrar a denúncia, bem como procedimentos necessários ao combate e à prevenção da violência doméstica e familiar.



3.15 - Reunião no Centro Municipal de Educação Infantil sobre Violência Sexual contra Criança e Adolescentes

A Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, participou de uma reunião no dia 13 de maio sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes juntamente com os pais e as crianças do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Lygia Rassi no Setor Morado do Bosque, Goiânia-GO.



3.16 - Palestra sobre o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

No dia 14 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, palestrou sobre o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes para pais e alunos da Escola Municipal Coronel Salomão Clemente Faria, no setor São José, nesta capital.

A reunião teve o objetivo de conscientizar toda a sociedade sobre a gravidade da violência sexual, e a importância de participar da luta em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como sensibilizar essas crianças e adolescentes e ensinar-lhes as formas de se proteger e como denunciar os agressores.



3.17 - Visita a Patrulha Maria da Penha

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 16 de maio visitou

e conheceu mais profundamente o trabalho realizado pela Patrulha Maria da Penha.

A Patrulha atualmente é comandada pela Tenente Dayse e constituída de Policiais Militares em sua maioria mulheres. A tenente esclareceu que o quadro é composto por profissionais altamente capacitados e treinados para atender as mulheres vítimas de violência doméstica.

As mulheres que registraram ocorrência por agressões domésticas são visitadas e recebem o apoio e proteção da Patrulha.



3.18 - Reunião Sobre Segurança Pública na Escola Municipal Maria da Terra

No dia 17 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma reunião na Escola Municipal Maria da Terra, no Bairro Floresta com o objetivo de discutir sobre a segurança pública da região com os moradores e os estudantes.



3.19 - Reunião na Cidade de Goianira Sobre Violência Infantil

No dia 18 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma reunião na cidade de Goianira para discutir o seguinte Projeto: “Inclusão é a arte de Fazer Sorrir”. Na ocasião a presidente da Comissão também discutiu com a comunidade sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.



3.20 - Reunião Com o Coletivo de Mulheres da Comurg

No dia 18 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma reunião com o Coletivo de Mulheres da Comurg. O evento teve como destaque a discussão com as mulheres trabalhadoras da empresa sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.



3.21 - Palestra na Escola Municipal Leonísia Naves Almeida

No dia 18 de maio, a presidente da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma Palestra na Escola Municipal Leonísia Naves. Onde teve a oportunidade de falar para pais e alunos sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Destacou a importância de combater esse tipo de criminalidade através da prevenção e da denúncia.



3.22 - Palestra no Colégio Verany Machado de Oliveira

No dia 19 de maio, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, realizou palestra sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para os alunos do Colégio Estadual Verany Machado de Oliveira, no Jardim Oliveira em Goiânia-GO. Destacando-se a importância de combater esse tipo de crime através da prevenção e da denúncia.

O objetivo foi sensibilizar e mobilizar a sociedade para o enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes; estimular a população a denunciar tais ocorrências e incentivar a implementação de políticas públicas e de ações para o enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.



3.23 - Seminário Sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

No dia 20 de maio, a presidente da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da abertura do Seminário sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado na sede do Sesi - FIEG. Evento esse promovido pelo Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de Goiânia, no qual a presidente da comissão teve a oportunidade de falar com os adolescentes sobre o tema.



3.24 - Debate com Estudantes do Colégio Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho

No dia 31 de maio, a presidente da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Delegada Adriana Accorsi, participou de um debate com estudantes do Colégio Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho, no Setor Finsocial. O tema da palestra foi “Todas as Formas de Violência contra Crianças e Adolescentes”, a fim de esclarecer aos presentes as formas de violação aos direitos da criança e do adolescente, incluindo a exploração sexual, maus-tratos, trabalho infantil e tráfico de crianças.



3.25 - Palestra Sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

No dia 1º de junho, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de uma palestra na Igreja Batista, no Setor Finsocial, com o propósito de discutir a importância de Combater a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.



3.26 - Palestra Sobre A Violência Sexual

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, no dia 18 de junho participou de uma reunião para enfatizar a necessidade de ações que visam prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes, juntamente com os pais e as crianças do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) da Vila Santana em Goiânia-GO.



3.27 – 1º Simpósio de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) do Centro Oeste e 6º Encontro Nacional de Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou nos dias 21 e 22 de junho do 1º Simpósio de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) do Centro Oeste e 6º Encontro Nacional de Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

A presidente da Comissão foi a responsável pelo minicurso “Violência Intrafamiliar: Conceituação e Enfrentamento desse Fenômeno”. Para a presidente da comissão, as questões que envolvem violações de direitos de crianças e adolescentes são extremamente complexas, tanto em suas causas, como no enfrentamento. “Só o trabalho em rede é capaz de ajudar aquela criança e a sua família. Tanto no aspecto da responsabilização, que cabe à Polícia, ao Ministério Público e à Justiça, quanto nos aspectos social, psicológico, médico, jurídico e todos os outros que sejam necessários.”



3.28 – II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás

A Comissão de Segurança Pública participou do II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás, realizado no dia 06 de setembro de 2016 no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFG. O evento foi promovido com o objetivo de apresentar debates, conferências e apresentação de trabalhos referentes ao sistema socioeducativo do Estado.



No Brasil, 29 crianças e adolescentes morrem, todos os dias, vítimas de homicídio, de acordo com estudo da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais. Esse é um dos dados alarmantes sobre a situação dos jovens e adolescentes no país, vítimas e atores do ciclo de violência. Para refletir sobre a gravidade do cenário e pensar em propostas para a melhoria do sistema socioeducativo brasileiro, diversos profissionais de todo o país participaram do *II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás*. O evento, promovido pelo Centro de Ensino Pesquisa e Extensão do Adolescente (Cepea), da Faculdade de Educação da UFG, se propôs a pensar coletivamente sobre a questão do adolescente em conflito com a lei.

O encontro visou também contribuir para o diálogo entre os entes que atuam no sistema socioeducativo e ainda reforçar a formação de trabalhadores do sistema. Dessa forma, buscou-se o fortalecimento das atividades voltadas ao

atendimento de adolescentes, em consonância com o ECA e SINASE, contemplando os direitos humanos e buscando transformar e intervir sobre a dura realidade que aflige o adolescente e todo o sistema socioeducativo no Brasil e em particular no Estado de Goiás.

O evento ofereceu aos participantes, além da possibilidade de intervenção nas conferências e mesas redondas, um espaço para Apresentação de Trabalhos/Relatos de Experiências, com o objetivo de possibilitar o protagonismo dos trabalhadores e de socializar as experiências socioeducativas com adolescentes.



A abertura oficial do evento ocorreu às 8:00h da manhã com a presença de várias autoridades envolvidas com o tema. Participaram da mesa a Diretora em exercício da Faculdade de Educação da UFG, **Lueli Nogueira Duarte**; o Presidente da associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás, **Roberto Condé**; a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, **Geraldina de Souza Furtado Lemos**; a representante do Grupo Executivo de Apoio à Criança e Adolescente, **Bruna Facco de Mello**; e a representante da Reitoria da Universidade Federal de Goiás, **Professora Miriam Fábria Alves**.

Logo após, realizou-se uma Mesa Redonda, cujo tema foi “**Desafios e Possibilidades da Socioeducação**”. A mesa foi composta pela: **Profª Dra Marilúcia Lago** – da Faculdade de Educação/UFG; promotora **Karina D’Abruzzo**

– Ministério Público do Estado de Goiás; **Cláudio Augusto Vieira da Silva** – Coordenador Geral do Sistema Nacional das Medidas Socioeducativas Secretaria de Direitos Humanos/Governo Federal; e pela **Profª Geisa Mozzer** – Coordenadora do CEPEA da Faculdade de Educação/UFG .

Já no período vespertino, houve a apresentação de relatos de experiência de trabalhadores do Sistema Socioeducativo. Sob a coordenação do professor Paulo Vinícius da Universidade Federal de Goiás - UFG, os grupos iniciaram a apresentação na seguinte forma:

1º) Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Casa de Semiliberdade de Anápolis.

Os colaboradores explanaram sobre as ações realizadas pelos atores envolvidos, como agentes, educadores, administradores, adolescentes, incluindo também seus familiares. Aproveitaram para explicitar acerca do regimento interno da casa, que segundo a opinião do grupo está muito aquém da realidade. Levantaram também questionamentos sobre a metodologia aplicada, como reuniões, debates, questionários aplicados aos adolescentes e educadores, bem como a realização de assembleia geral.

2º) Interação e InterAção

O grupo dessa pesquisa pertencia à Secretaria de Assistência Social da cidade de Aparecida de Goiânia. Elucidaram questões relacionadas com o Projeto Pedagógico, o Plano individual de atendimento – PIA e também a Sistematização do trabalho socioeducativo em grupos.

3º) Resignificando as palavras

O tema foi apresentado pelos trabalhadores da Unidade de Formosa de Internação e discutiram sobre cursos de formação dos servidores públicos, subsídios para produção de textos direcionados aos socioeducandos, avaliação de Português e Redação para os mesmos, buscando a motivação para os adolescentes e a preparação para o ENEM.

4º) Contribuições do ensino de Ciências no Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia: limites e possibilidades de formação cidadã.

Esse grupo pontuou sobre a possibilidade de incorporar valores sociais para os adolescentes reeducandos. Além disso, abordou as condições de ensino no Centro de Atendimento Socioeducativo, incluindo a necessidade de adequação do conteúdo com a realidade dos adolescentes e a explicitação de conhecimentos e ideias. Houve também sugestões no sentido que o ensino não seja apenas aulas voltadas a memorização de conteúdos, mas que visem também ao desenvolvimento de outras potencialidades.

5º) Cultura em ação: “Jovem em movimento”

O tema foi discutido pelos trabalhadores da região Norte de Goiânia, aplicado pelos CREAS. O objetivo principal foi a reflexão da arte, cultura e lazer para a construção de novas possibilidades, buscando incentivar as potencialidades criativas e artísticas. Nesse projeto incluiu-se trabalhos voluntários com diferentes temáticas, como teatro, grafite, cultura regional, música (especialmente o rap), curtas metragens, rodas de conversa, compartilhamento de histórias de vidas. O grupo deixou explícito sua opinião, segundo a qual a repressão não corrige os adolescentes, e sim a educação.

Após a apresentação dos trabalhos de experiências dos trabalhadores do sistema socioeducativo, realizou-se mais duas Mesas Redondas, a primeira abordou o tema **“A intersectorialidade Fortalecendo o Sistema Socioeducativo – Experiências e Filmes**. Nesta houve a participação da **profª Dra Geisa Mozzer** – Coordenadora do CEPEA/FE/UFG, da psicóloga **Elaine F. C. Mesquita** – CAPSad Negrão de Lima e do psiquiatra e cineasta **Lourival Belém Júnior** – membro do Coletivo Liberdade.

Na segunda o tema foi **“Dilemas da Implementação do SINASE em Goiás”**, com a participação de **Tarihan Chaveiro** – representante do Núcleo de Estudos sobre criminalidade e violência da Faculdade de Ciências Sociais da UFG (NECRIVI/UFG), representante da Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo (ASSED-GO), bem como representante do GECRIA/Secretaria Cidadã-GO e representante do Juizado da Infância e Juventude.

3.29 – Fórum Permanente de Saúde

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou no dia 9 de dezembro o Fórum Permanente de Saúde, que discutiu Estratégias de Atendimento para mulheres vítimas de violência. Onde destacou a importância de prevenir a violência doméstica por meio da conscientização de nossas famílias e alertou para o crescimento deste tipo de crime, sabendo que Goiás, ocupa a 3ª posição no ranking nacional de violência contra mulher.

Também participaram do evento a Psicóloga, **Cida Alves**; a Delegada da Mulher, **Laura De Castro Teixeira**; a Conselheira Tutelar, **Katia Regina**; a Enfermeira, **Adriane Cristina Fernandes** e a Médica supervisora da estratégia de saúde da família, **Nadya Maciel Bomtempo**. O Fórum é uma realização da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com o Distrito Sanitário Sudoeste.



3.30 – Debate na 4ª Promotoria de Justiça

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou no dia 13 de dezembro de um debate na 4ª Promotoria de Justiça, que atua na área da infância

e da Juventude, a convite do Dr. **Frederico Augusto de Oliveira Santos**, da Defensoria Pública e Gestores da Educação de Goiás e Goiânia, sobre alternativas de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei e ações que podemos realizar tendo como fundamento o protagonismo juvenil.



4 – PROJETOS DE LEI SUGERIDOS PELA EQUIPE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Projetos de lei sugeridos pela equipe da Comissão de Segurança Pública e apresentados pela presidente da Comissão Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi.

4.1 - PROJETO DE LEI Nº 337 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Especifica nos registros de ocorrência da Polícia Civil do estado de Goiás crime de “Feminicídio”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os registros de ocorrência de homicídio perpetrado contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino, lavrados pela Polícia Civil do estado de Goiás, passam a ter o subtítulo “Feminicídio”.

Art. 2º. As informações sobre o número de ocorrências decorrentes do Feminicídio deverão constar no banco de dados divulgado regularmente pela Secretaria de Segurança Pública através do seu órgão competente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

4.2 - PROJETO DE LEI Nº 336 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Especifica nos registros de ocorrência da Polícia Civil do estado de Goiás crime de “Transfeminicídio”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os registros de ocorrência de homicídio perpetrado contra a população trans (travestis, transexuais e transgêneros), por motivação homofóbica, lavrados pela Polícia Civil do estado de Goiás, passam a ter o subtítulo “Transfeminicídio”.

Art. 2º. As informações sobre o número de ocorrências decorrentes do Transfeminicídio deverão constar no banco de dados divulgado regularmente pela Secretaria de Segurança Pública através do seu órgão competente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

4 – QUADRO DE EVENTOS

Realização de Audiências Públicas, Reuniões, Visitas e Demais Ações:

JANEIRO / 2016	
VISITAS	19/01 Visita ao Diretor Geral da Polícia Civil de Goiás, Dr. João Carlos Gorski.

FEVEREIRO / 2016	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	17/02 Participação da 1ª Audiência Pública Sobre Criminalidade e Violência Urbana: Ouvindo os Agentes de Segurança Pública , realizado no Auditório Eli Alves Forte promovido pela Ordem dos Advogados do Estado de Goiás.
REUNIÕES	17/02 Reunião com Profissionais da Educação no Centro Promocional Todos os Santos e no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), onde teve a oportunidade de ouvir Sugestões de Melhoria Para a Área de Segurança Pública. 26/02 Reunião do 39º CONSEG , no Setor Rio Formoso.
VISITAS	12/02 Visita ao 19º Distrito Policial e a Sede do Conseg no Jardim Novo Mundo. 19/02 Visita a Delegada da Polícia Civil, Dra. Lilian de Fátima Rosa Sena Lima , na Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO)
DEMAIS AÇÕES	05/02 Realização de Palestra na Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista, no Bairro Estrela Dalva, sobre Prevenção à Pedofilia Durante o Carnaval. 18/02 Participação de um Ato Pela paz , realizado pelo Sindicato da Polícia Civil de Goiás. 20/02 Participação na 1ª Conferência Municipal LGBTT , realizado no auditório da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

22/02 Realização de Palestra na Escola Municipal Lions Clube Bandeirante, no Bairro Goiá, sobre **O Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente**.

23/02 Participação do **Programa Goiânia Mais Segura** na Região Leste de Goiânia.

MARÇO / 2016

REUNIÕES

08/03 Participação do Dia Internacional da Mulher com uma roda de conversa entre as servidoras da Telgo, na cidade de Anápolis, onde falou sobre **a Violência Doméstica e suas Consequências nas Vidas das Mulheres**.

09/03 Reunião junto a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar sobre **Segurança e Prevenção às Drogas** na região do Jardim Cerrado.

20/03 Reunião na casa Espírita Mensageiros da Caridade para falar sobre **Atos Violentos nas Ruas, nos Lares e a Repressão Policial**.

30/03 Reunião dos **Conselhos de Segurança da Região Leste** de Goiânia, na Associação de Moradores do Conjunto Caiçara.

DEMAIS AÇÕES

04/03 Participação na **Inauguração da Delegacia do Idoso** em Goiânia.

07/03 Realização de atividade com as **Mulheres da Guarda Civil Metropolitana**.

11/03 Participação de uma Roda de Conversa com as mulheres que cuidam da limpeza urbana de Goiânia sobre **A Lei Maria da Penha e os Direitos da Mulher**.

11/03 Participação na **Cerimônia de Posse da Nova Diretoria do Sindicato dos Delegados do Estado de Goiás (Sindepol)**.

14/03 Realização de Palestra sobre **Violência Contra Criança e Adolescente** para os alunos da Escola Municipal Frei Nazareno Confalone.

21/03 Participação na **Cerimônia de Posse dos Conselheiros Comunitário de Segurança (CONSEGs)**, na Fundação Tiradentes.

29/03 Realização de Palestra sobre **Direito das Mulheres e o Combate a Violência**, para as servidores do Correio no Espaço Cultural do Correio.

ABRIL / 2016

<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA</p>	<p>12/04 Realização de Audiência Pública no Auditório Solon Amaral (Alego), com o intuito de discutir sobre Segurança Pública no Estado de Goiás, discutindo os Projetos de Lei do Executivo que cria novas classes da Polícia Civil e Polícia Militar.</p> <p>18/04 Realização de Audiência Pública no Auditório Solon Amaral (Alego), com intuito de discutir sobre Transfeminicídio e Violência no Território Goiano.</p> <p>25/04 Realização de Audiência Pública no Auditório Solon Amaral (Alego), com intuito de discutir sobre a Construção da Casa de Semiliberdade, no Setor Cidade Jardim.</p>
<p>REUNIÕES</p>	<p>29/04 Reunião na Escola Municipal Residencial Orlando de Moraes para discutir sobre Segurança Pública da Região.</p>
<p>VISITAS</p>	<p>28/04 Visita ao Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial da Polícia Civil.</p>
<p>DEMAIS AÇÕES</p>	<p>01/04 Realização de Palestra como o tema Diga Não As Drogas, na cidade de São Francisco de Goiás.</p> <p>11/04 Realização de Palestra na Faculdade Estácio de Sá sobre A Segurança na Comunidade.</p> <p>16/04 Participação na 1ª Mini Maratona em comemoração ao 28º Aniversário da Guarda Civil Metropolitana.</p> <p>25/04 Realização de Sessão Solene em Homenagem aos 28 anos da Guarda Civil Metropolitana.</p> <p>29/04 Realização de Palestra no Núcleo de Assistência Social na Esplanada do Anicuns sobre Direitos das Mulheres e Violência Doméstica.</p> <p>30/04 Participação na posse da nova Diretoria da UGOPOCI.</p>

MAIO / 2016

<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA</p>	<p>17/05 Realização de Audiência Pública no Setor Cidade Jardim, com intuito de discutir sobre a Construção da Casa de Semiliberdade, no setor.</p>
<p>REUNIÕES</p>	<p>17/05 Reunião na Escola Municipal Maria da Terra no Bairro Floresta para discutir sobre A Segurança Pública da Região.</p> <p>18/05 Reunião na cidade de Goianira para discutir o Projeto: Inclusão é a Arte de Fazer Sorrir, sobre Violência Sexual contra Criança e Adolescente.</p> <p>19/05 Reunião do CONSEG, no Setor Universitário.</p>
<p>VISITAS</p>	<p>04/05 Visita a Delegacia de Cavalcante.</p> <p>16/05 Visita a Patrulha Maria da Penha, no Batalhão Anhanguera, para conhecer o trabalho realizado pela corporação.</p> <p>26/05 Visita aos Policiais Civis e Militares que participaram da segurança da Exposição Agropecuária de Goiás.</p>
<p>DEMAIS AÇÕES</p>	<p>02/05 Realização de Palestra para alunos de 3º ano da Faculdade de Medicina da UFG, a sobre A Violência contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>09/05 Participação em Culto Ecumênico na Secretaria de Segurança Pública em Homenagem ao Dia do Policial Civil.</p> <p>09/05 Realização de Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Policial Civil.</p> <p>13/05 Realização de Palestra sobre a Violência Doméstica, na Escola Municipal Padre Zezinho.</p> <p>13/05 Realização de Palestra sobre a Prevenção a Violência Sexual de Crianças e Adolescente, no CMEI Lygia Rassi, no Setor Recanto do Bosque.</p> <p>14/05 Realização de Palestra sobre o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, pais e alunos da Escola Municipal Coronel Salomão Clementino de Faria.</p>

17/05 Participação na **Homenagem a Polícia Civil** na Câmara Municipal de Goiânia.

18/05 Distribuição de materiais com orientações sobre **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes**, no Terminal Padre Pelágio.

18/05 Realização de Palestra sobre **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente**, como Coletivo de Mulheres da Comurg.

18/05 Realização de Palestra sobre **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente**, na Escola Municipal Professora Leonísia Naves de Almeida.

19/05 Realização de Palestra sobre **Todas As Formas de Violência Contra Crianças e Adolescentes**, no Colégio Estadual Verany Machado de Oliveira, no setor Jardim Oliveira.

20/05 Participação na abertura do Seminário sobre o **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, promovido pelo Círculo de Apoio à Aprendizagem Profissional de Goiânia (CAMP), realizado na FIEG.

31/05 Realização de Debates com estudantes do Colégio Estadual Ary Ribeiro Valadão Filho, no Setor Finsocial sobre **Todas as Formas de Violência Contra Crianças e Adolescentes**.

31/05 Participação no **Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM)**.

JUNHO / 2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA

16/06 Participação em Audiência Pública para debater sobre **A Criminalização dos Movimentos Sociais**.

VISITAS

01/06 Visita a **Delegacia do Idoso** da cidade de Goiânia.

03/06 Visita ao **Complexo de Delegacias Especializadas**, onde teve a oportunidade de discutir projetos para a Segurança Pública.

08/06 Visita a **delegacias**.

	<p>09/06 Visita ao Delegado Ricardo Chueire na Superintendência de Polícia Judiciária da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.</p> <p>20/06 Visita ao S.O.S. Crianças.</p>
<p>DEMAIS AÇÕES</p>	<p>01/06 Realização de Palestra sobre A Importância de Combater a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, na Igreja Batista do Setor Finsocial.</p> <p>18/06 Realização de Palestra sobre A Importância de Combater a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, no CMEI da Vila Santana.</p> <p>20/06 Realização de Palestra para alunos Universidade Federal de Goiás (UFG), sobre A Violência contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>21/06 Participação na Abertura do I Simpósio de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente, realizado na cidade de Caldas Novas.</p> <p>22/06 Realização de Minicurso sobre Violência Intrafamiliar: Conceituação e Enfrentamento desse Fenômeno, em Caldas Novas.</p> <p>28/06 Realização de Palestra no CEPROAVA sobre Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.</p> <p>29/06 Participação no Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).</p>

<p>JULHO / 2016</p>	
<p>VISITAS</p>	<p>15/07 Visita a Sede da União Goiana dos Policiais Civis - UGOPOCI.</p>
<p>DEMAIS AÇÕES</p>	<p>16/07 Participação na Formatura do curso de Gestão Tecnológica em Segurança Pública e Privada do Instituto Lato Sensu, na cidade de Hidrolândia.</p>

AGOSTO / 2016

DEMAIS AÇÕES	10/08 Participação na Soneidade em Comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha .
---------------------	--

SETEMBRO / 2016

DEMAIS AÇÕES	06/09 Participação no II Encontro Socioeducativo do Estado de Goiás , realizado no saão Nobre da Faculdade de Direito da UFG.
---------------------	---

OUTUBRO / 2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA	27/10 Realização de Audiência Pública no Auditório Solon Amaral (Alego), com o intuito de discutir sobre Violência Contra as Mulheres .
DEMAIS AÇÕES	20/10 Entrega de viaturas para a Guarda Civil Metropolitana . 28/10 Participação na Formatura da 5ª Turma de Armamento e Tiro da Guarda Civil Metropolitana .

NOVEMBRO / 2016

VISITAS	21/11 Visita ao Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Álvaro Cássio . 23/11 Visita da SubDefensora Geral do Estado de Goiás, Lúcia Silva Gomes Moreira e da Defensora Pública, Gabriela Marques Rosa , grandes parceiras no combate a Violência doméstica.
DEMAIS AÇÕES	17/11 Gravação do Programa Ação Parlamentar, da TV Assembleia , sobre o projeto de lei que especifica os crimes de Femicídio e Transfemicídio nas ocorrências policiais.

DEZEMBRO / 2016

DEMAIS AÇÕES

09/12 Participação do **Fórum Permanente de Saúde**, que discutiu **Estratégias de Atendimento Para Mulheres Vítimas de Violência**.

13/12 Participação de **Debate na 4ª Promotoria de Justiça**, que atua na área da Infância e da Juventude sobre alternativas de **Ressocialização de Adolescentes em Conflito Com a Lei**.

5 – PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA

1- PROCESSO LEGISLATIVO – 2014003336

Autor: Deputada Isaura Lemos

Assunto: dispõe sobre as formas de registro e de divulgação dos dados de violência contra crianças, idosos, negros, mulheres, índios, homoafetivos e pessoas com deficiências no âmbito do estado de Goiás.

2- PROCESSO LEGISLATIVO – 2015002646

Autor: Deputado Gustavo Sebba

Assunto: institui no âmbito do estado de Goiás o mês "maio amarelo", dedicado à prevenção e combate à violência no trânsito e dá outras providências.

3- PROCESSO LEGISLATIVO – 2015003251

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: cria o sistema estadual de prevenção ao furto, roubo e ao comércio ilegal de bicicletas no estado de Goiás e dá outras providências.

4- PROCESSO LEGISLATIVO – 2015003902

Autor: Deputado Henrique Arantes

Assunto: dispõe sobre a disponibilização de assistência jurídica integral e gratuita aos policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários, agentes de segurança ou equiparados do sistema socioeducativo que, no exercício de suas funções ou razão delas, necessitem de tutela jurídica no estado de Goiás

5- PROCESSO LEGISLATIVO – 2015003564

Autor: Deputado Renato de Castro

Assunto: altera a Lei nº 10.320, de 20 de novembro de 1987, que autoriza o poder executivo a estabelecer normas quanto aos veículos apreendidos em Goiás e dá outras providências.

6- PROCESSO LEGISLATIVO – 2015003455

Autor: Deputado Virmondes Cruvinel

Assunto: dispõe sobre o procedimento de utilização de veículos apreendidos e removidos para os pátios do Departamento Estadual de Trânsito - Detran e delegacias de polícia do estado de Goiás.

7- PROCESSO LEGISLATIVO – 2016000365

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia para instituições beneficentes que as transformem em cadeiras de rodas e outros objetos.

8- PROCESSO LEGISLATIVO - 2016000619

Autor: Deputado Virmondes Cruvinel

Assunto: estabelece notificação compulsória da violência contra a mulher, atendida em serviços de urgência e emergência de unidade de saúde pública e privada do estado de Goiás.

9- PROCESSO LEGISLATIVO – 2016000771

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: institui o procedimento de notificação compulsória da violência contra o idoso nos serviços de saúde, públicos e privados, do estado de Goiás.

10-PROCESSO LEGISLATIVO - 2016001016

Autor: Deputado Simeyzon Siveira

Assunto: dispõe sobre o reconhecimento da profissão dos bombeiros profissionais civis – BPC, nos estabelecimentos, edificações, em empresas de todos os gêneros e em eventos de grande concentração pública no âmbito do estado de Goiás.

11-PROCESSO LEGISLATIVO – 2016001393

Autor: Deputado Lincoln Tejota

Assunto: dispõe sobre o cadastro estadual de pedófilos no estado de Goiás.

12-PROCESSO LEGISLATIVO – 2016001938

Autor: Deputado Francisco Júnior

Assunto: dispõe sobre a distribuição de dispositivo de segurança, conhecido como “Botão do Pânico”, para pessoas vitimadas por violência doméstica, amparadas com medida protetiva, em todo estado de Goiás.

13-PROCESSO LEGISLATIVO – 2016003072

Autor: Deputado Diego Sorgatto

Assunto: dispões sobre a punição pela prática do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências do corpo de bombeiros – 193, polícia civil – 197, polícia militar – 190 e do serviço de atendimento médico de urgência /SAMU – 192 e da outras providências.

6 – DENÚNCIAS ACOLHIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.1 - DENÚNCIAS DIRETAMENTE À CSP

Denúncia 1 - Desaparecimento de um cidadão, em dezembro de 2015, na cidade de Goiânia;

Encaminhamentos:

1. Ofício nº 02/2016 – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, em 01/02/2016.

Denúncia 2 - Suposta agressão sofrida por um jovem, quando este se encontrava custodiado em delegacia na capital;

Encaminhamento:

1. Ofício nº 04/2016 – Secretaria de Segurança Pública, em 22/02/2016.

Denúncia 3 – Suposta Violência Policial ocorrida em estudantes de uma escola municipal;

Encaminhamento:

1. O caso já está sendo investigado pelo GCEAP (Grupo Especial do Controle Externo da Atividade Policial).

Denúncia 4 – Violência Policial em uma desocupação de terras, no dia 17 de fevereiro de 2016, em município no interior do estado;

Encaminhamento:

1. Ofício nº 04/2016 – Secretaria de Segurança Pública, em 08/03/2016.

Denúncia 5 – Violência Policial sofrida por um idoso, em cidade no interior de Goiás;

Encaminhamento:

1. Ofício nº 228/2016 – Secretaria de Segurança Pública, em 28/04/2016.

Denúncia 6 – Violência Policial ocorrida em um parque na capital no dia 16/06/2016;

Encaminhamento:

1. Ofício nº 298/2016 – Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, em 30/06/2016.

Denúncia 7 – Violência Policial sofrida por um vendedor ambulante no Parque Santa Rita em Goiânia;

- 1- Ofício nº 302/2016 – Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Denúncia 8 – Violência Policial sofrida por um menor de idade no ato da sua apreensão, na cidade de Aparecida de Goiânia;

- 1- Ofício nº 303/2016 – Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- 2- Ofício nº 304/2016 – Delegado Geral da Polícia Civil de Goiás.

6.2 - DENÚNCIAS POR MEIO DO PROGRAMA CIDADÃO PARTICIPATIVO:

Denúncia 1 – Venda de drogas de diversas espécies na região da Rua 21 e Rua 18, entorno do Banana Shopping, no centro de Goiânia;

Encaminhamento:

1. Ofício nº 299/2016 – Secretaria de Segurança Pública, em 28/06/2016.

Denúncia 2 – Alto índice de venda e uso de drogas próximo as pontes do lago e na Biblioteca da Juventude no Lago das Rosas, em Goiânia.

Encaminhamento:

1. Ofício nº 299/2016 – Secretaria de Segurança Pública, em 28/06/2016.

7 - DEMONSTRATIVO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

